SAÚDE, DESENVOLVIMENTO HUMANO E REGIONAL

Health , Human Development and Regional

BAZZANELLA, Sandro Luiz
Universidade do Contestado

Resumo: A presente reflexão foi apresentada no colóquio no I Congresso de promoção à Saúde realizado na Universidade do Contestado, Campus de Mafra – Santa Catarina, em 16 de outubro de 2014. Participaram do colóquio o professor Dr. Markus Nahas da Universidade Federal de Santa Catarina, na condição de mediador do debate e, a Professora Drª. Ana Maria Girotti Sperandio do LABINUR/UNICAMP e Faculdade Jaguariúna – São Paulo. A reflexão proposta se divide em dois momentos reflexivos. Num primeiro momento, argumenta em torno da importância e das dificuldades das definições conceituais implicadas no termo desenvolvimento em suas diversas acepções e adjetivações. Num segundo momento, a reflexão procura articular os conceitos de Estado, desenvolvimento e saúde, apontando para o fato de que o desenvolvimento de uma determinada região, senão do país depende do grau de vitalidade de suas instituições públicas, de seus atores privados e, da sociedade civil organizada.
Palavras-chaves: Desenvolvimento; Saúde; Estado; Região.

Abstract: This reflection was presented at the conference the first Congress promotion Health conducted at the University of Contestado, Campus de Mafra - Santa Catarina, on 16 October 2014. Colloquium participants were Professor Dr. Markus Nahas, Federal University of Santa Catarina, as mediator on condition of debate and Professor Dr. Ana Maria Girotti Sperandio, LABINUR/UNICAMP and Faculty Jaguariuna - São Paulo. The proposed reflection is divided into two reflective moments. At first, argues on the importance and difficulties of conceptual definitions involved in term development in its various meanings and adjectives. Secondly, the reflection seeks to articulate the State of concepts, development and health , pointing to the fact that the development of a given region , but the country depends on the degree of vitality of its public institutions, their private actors and the organized civil society.
Keywords: Development; health; State; Region.

É POSSÍVEL CONCEITUAR DESENVOLVIMENTO?

A ideia, os discursos, ou a suposta necessidade de desenvolvimento presente cada vez mais no horizonte das preocupações dos indivíduos, das comunidades, das regiões, dos países, senão da humanidade, presente também nas agendas de gestores públicos e privados é um fenômeno relativamente recente na cultura ocidental. Pode-se dizer que remonta ao final da Segunda-Guerra mundial entre norte-americanos e europeus e, a partir dos anos 70 do

século XX, mas, sobretudo, a partir dos primórdios dos anos 90, entre nós brasileiros.

Porém, a gênese, o fundamento de sua condição conceitual, encontra-se presente no ideário iluminista da modernidade. Idearia composto pela aposta na razão, na ciência, na técnica, como condição de superar as dificuldades, a pobreza, as mazelas das sociedades humanas. Tal pretensão se consubstanciou nas filosofias da evolução, nas filosofias da história, que pretendiam estabelecer a linha evolutiva do progresso humano dos tempos mais remotos à atualidade. Ou dito de outro modo, o ideário do desenvolvimento presente em nossos dias é devedor da filosofia do progresso, advinda das prerrogativas iluministas entre os séculos XVIII e XIX. No bojo da filosofia do progresso reside a aposta de quando maior o grau de cientificidade alcançada pela humanidade, maiores as condições de previsibilidade, de compreensão de fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais, de progresso humano em todas as áreas. Assim, o estabelecimento da compreensão das variáveis implícitas nas mais diversas ordens societárias indica necessariamente o caminho do progresso humano.

Portanto, sob tais pressupostos, talvez nos seja possível afirmar que a ideia de desenvolvimento em nossos dias apresenta-se herdeira da aposta iluminista do progresso, de que há uma íntima relação entre o grau de conhecimento científico nos mais diversos campos do saber humano e, o grau de desenvolvimento de comunidades, regiões, países, senão da comunidade internacional.

Mas, afinal o que é desenvolvimento? É possível afirmar um conceito de desenvolvimento? Quais são as variáveis que nos permitem qualificar, comparar sociedades como mais desenvolvidas e, como menos desenvolvidas? O modelo de desenvolvimento de uma determinada sociedade pode ser parâmetro para as demais sociedades? Tais questionamentos são ontológicos. Perguntar o que as coisas são é condição *sine qua non* para os esforços de compreensão do mundo em que estamos inseridos.

Ressalte-se que uma das fragilidades de nosso tempo é certa ansiedade por fazer e resolver situações e problemas, desprovidos da devida compreensão

dos acontecimentos, dos conceitos, dos conhecimentos já produzidos entre épocas e contextos anteriores e diferentes da atual, diante de problemas, ou situações similares. Parece que estamos diante da "insustentável leveza do ser". Há uma tendência para a efemeridade, para o evento transitório, passageiro. A necessidade de respostas imediatas e pontuais, desprovidas do devido tempo de análise e compreensão para problemas humanos e societários pode nos levar a equívocos interpretativos, à esforços e empenhos humanos, societários, políticos e econômicos frustrados, ou desprovidos dos resultados almejados.

Nesta perspectiva, é preciso ter presente num primeiro momento, o caráter polissêmico do termo desenvolvimento em suas diversas acepções e adjetivações. Fala-se de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento humano, de desenvolvimento local, de desenvolvimento regional, de desenvolvimento nacional, de desenvolvimento físico, de desenvolvimento de projetos. Enfim, de tantos outros desenvolvimentos possíveis. A polissêmica adjetivação do termo remete às especificidades próprias de cada área do entendimento e da ação humana, o que torna a tarefa conceitual árdua e plena de possibilidades, mas também de equívocos e contradições no caso de não se atentar para esta característica inerente ao termo.

Mas, mesmo reconhecendo os limites e as dificuldades inerentes a uma definição conceitual de desenvolvimento, olhemos para a tradição do pensamento ocidental e encontraremos em Aristóteles significativa contribuição para a demarcação conceitual do objeto em questão. Para o filósofo grego em seu famoso argumento do "ato e potência", todos os seres existem em potência, em possibilidade. A materialização da potência inerente à tudo que existe é a passagem para o ato. Nós e tudo aquilo que existe em nosso entorno se apresenta em ato, plenos da potencialidade de superação de si. Assim, ao transformar-se em ato, a potência potencializa-se, atualizando-se constantemente, dinamizando o movimento de passagem da incompletude do ente em busca da sua plenitude. Prestemos atenção as palavras do filósofo estagirita: "todas as potências conforme a mesma espécie são em certo sentido princípios, e são ditas

potências em relação àquela que é potência em sentido primário e que é princípio de mudança de outra coisa ou na mesma coisa enquanto outra."[1]

A partir de tais pressupostos talvez se possa afirmar que é inerente ao conceito de desenvolvimento a ideia de mudança, de crescimento, de superação, de melhoria, de aumento, de geração, de produção, de um princípio vital presente no mundo, na existência em suas múltiplas formas, nos seres humanos, que os impulsiona constantemente para o aprimoramento de suas condições existenciais.

Nesta direção, para o filósofo e pesquisador Armindo Longhi: "A dinâmica do desenvolvimento tende para os termos *processo, estado intangível, subjetividade, e intersubjetividade.* Volta-se mais para a atitude das pessoas e menos para os aspectos materiais (...). Não basta ter serviços de saúde, educação e lazer. Desenvolvimento combina com acesso aos bens produzidos pela sociedade." Ainda nas palavras do referido filósofo: "Assim, o binômio desenvolvimento regional é útil para compreender as manifestações das estruturas sociais nas formas concretas de vida, seja no bairro, na cidade, no município, seja na associação de municípios. O binômio conceitual "Desenvolvimento Regional" revela a existência do elemento histórico e do elemento espacial. O elemento histórico mostra a existência do processo de mudança ocorrendo durante determinado tempo numa região específica; o elemento espacial determina em qual região são observadas as mudanças."[2]

Para o sociólogo, pesquisador e professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade do Contestado, Walter Marcos Knaesel Birkner, o desenvolvimento é uma "idéia força", a partir da qual uma região mobiliza seu capital humano, social, cultural, estabelecendo laços de confiança e, cooperação entre os diversos atores da esfera pública e da esfera privada[3]. Assim a ideia do desenvolvimento potencializa esforços de promoção de melhoria da qualidade de vida em todos os seus aspectos. Sobretudo,

[1] ARISTÓTELES. **Metafísica.** Ensaio introdutório, texto em grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002 (Volume II), p. 395, (Θ 5-10 – 1046ª).
[2] LONGHI, Armindo. Desenvolvimento e Região. (In) **Crônicas do Desenvolvimento Vol. I**, 2012, p. 73
[3] BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. Desenvolvimento é envolvimento. (In) **Crônicas do Desenvolvimento Vol. I**, 2012, p. 111;

potencializando as liberdades de criação, inovação, empreendedorismo para que indivíduos e comunidades constituíam-se autonomamente.

ESTADO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A partir da perspectiva foucaultiana, o Estado na modernidade constitui-se como Razão política, administrativa e Jurídica com plenos poderes de gestão sobre um determinado território e uma determinada população. Para o Estado o território é um recurso à ser administrado em sua extensão, no potencial de riquezas advindos da exploração do solo, do subsolo, de jazidas de minérios, de petróleo, da exploração de suas florestas, de seus recursos hídricos, entre outras potencialidades do mesmo. É também um recurso a ser administrado na medida em que abriga outro recurso e, sobretudo, o mais importante, a população.

A população se apresenta para a razão política, administrativa e jurídica constitutiva do Estado como um valioso recurso. Recurso humano. E como todo e qualquer outro recurso, o recurso humano também necessita ser administrado. Talvez mais do que administrado, necessita ser promovido, potencializado em suas forças vitais para a plena produção, para o pleno consumo, para a plena participação nos esforços de construção e fortalecimento do próprio Estado. O filósofo francês Michel Foucault (1924-1984), demonstra a partir de parte de suas pesquisas, sobretudo em seu período genealógico, que na modernidade, no bojo do nascimento e constituição do Estado moderno, o que passa a ser determinante na gestão das sociedades e populações é a vida em sua biologicidade. Assim, o que esta em jogo para o Estado no exercício do poder soberano é fazer viver e deixar morrer. É promover a saúde da população como condição inerente da força e de sua vitalidade produtiva e,, administrar a morte da mesma, mantendo em equilíbrio a relação entre natalidade e mortalidade.

Neste contexto, afirma-se a ciência de estado: “a estatística”. A estatística inventada pelo matemático, sociólogo austríaco Lambert Adolphe Jacques Quételet (1796 – 1874), nasce num primeiro momento como o objetivo de compreender a dinâmica da população em seus diversos segmentos e faixas etárias. Compreender a complexidade que rege a vida da população em seus

diversos extratos e segmentos é imperativo, para o desenvolvimento de políticas públicas nas mais diversas áreas e, aqui especificamente de saúde para a adequada administrabilidade da vida e da morte da população. Mas, a Razão de Estado vai mais longe e, se por um lado toma a população como recurso a ser administrado em sua totalidade, também assume o controle, a vigilância sobre os hábitos, os costumes dos indivíduos e das sociedades, prescrevendo-lhes formas e comportamentos saudáveis de vida.

É, sobretudo na modernidade que a medicina e suas áreas correlatas alcançam importância científica estratégica diante do Estado. Assim, a medicina imbuída de autoridade concedida pelo Estado, confere ao médico e, aos mais diversos profissionais da saúde, o poder de investigar, vigiar, controlar e, prescrever hábitos de vida, que tem a pretensão de administrar a vida dos indivíduos e, por extensão da população. Sob tais prerrogativas argumentativas, pensar a relação entre saúde e desenvolvimento humano e regional, requer um olhar atento às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado no âmbito nacional, com circunscrição local/regional. Ou seja, de se perguntar de que forma a população regional tem acesso aos serviços públicos de saúde estatal. Qual a qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população local/regional? Os serviços públicos de saúde praticados em âmbito regional estão centrados na medicina curativa? Ações de saúde preventiva são desenvolvidas? Ou ainda, de que forma estão estruturadas as ações de saúde para os mais diversos segmentos sociais constitutivos da população regional? Em que medida demandas por saúde características de uma determinada região, em função de suas especificidades climáticas, étnicas e produtivas são consideras? Entre tantas outras questões possíveis.

Ressalte-se ainda, que quando falamos da Razão de Estado política, administrativa e jurídica sobre um território e sobre uma população é preciso ter presente que, no caso brasileiro, esta razão de Estado se conforma numa estrutura federativa. Ou seja, o Estado central conforma-se em seus três poderes numa relação de interdependência com os entes sub-nacionais, estados e municípios, concentrando recursos e ações, bem como compartilhando

responsabilidades. Assim, pensar a relação entre saúde e desenvolvimento regional, requer um olhar para as formas de gestão e ação do Estado e, dos entes subnacionais e, mais especificamente para ação do estado em sua condição municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando a exposição destes argumentos é preciso ter presente que o desencadeamento de ações que potencializem o desenvolvimento regional requer ação conjunta, confiança, cooperação entre os diversos atores públicos e privados, sobretudo a participação da sociedade civil organizada no acompanhamento, na aplicação e avaliação das políticas públicas. Desenvolvimento requer a saúde das instituições públicas, da iniciativa privada em consonância com os anseios e desejos da sociedade civil organizada. Sob tais pressupostos, talvez se possa afirmar que o desenvolvimento humano, social, político, econômico e cultural de uma região é, sobretudo, de caráter endógeno, perpassando pela capacidade de diálogo, de interlocução, de confiança, de cooperação, de sinergia e convergência de esforços e ações na potencilização de suas virtudes e possibilidades, bem como no enfrentamento de suas fragilidades.

Nas palavras do sociólogo Walter Marcos Knaesel Birkner, citado anteriormente: “Integração, associação, cooperação e sinergismo não são meros efeitos vocabulares. Produzem efeitos concretos, e suscitam, nos envolvidos, senso de responsabilidade pública, solidariedade, apego à região onde se vive, confiança entre os atores e autoconfiança, além de uma salutar ambição pelo futuro, forças psicológicas indispensáveis ao desenvolvimento.”[1] E, continua o sociólogo do desenvolvimento: “O caminho do desenvolvimento passa necessariamente pelo conhecimento de uma sociedade sobre si mesma, identificando seus erros e virtudes. E, para além disso, está a necessidade de se situar no mundo.”[2]

[1] BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. Desenvolvimento é envolvimento. (In) **Crônicas do Desenvolvimento I -** Vol. I, 2012, p. 111.
[2] Idem, p. 111.

Desta forma, parafraseando o título desta comunicação talvez se possa afirma que a saúde de uma região pode ser medida, avaliada pela vitalidade, pela saúde e disposição que os indivíduos, as instituições públicas, os atores privados e, demais organizações sociais demonstram no enfrentamento e na promoção do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARISTÓTELES. **Metafísica.** Ensaio introdutório, texto em grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002 (Volume II).

_____. **Metafísica.** Ensaio introdutório, texto em grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002 (Volume III – Sumários e comentários).

BAZZANELLA, Sandro Luiz et. all. **Crônicas do Desenvolvimento Vol. I.** Florianópolis: DIOESC, 2012.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. Desenvolvimento é envolvimento. (In) BAZZANELLA, Sandro Luiz et. all. **Crônicas do Desenvolvimento Vol. I.** Florianópolis: DIOESC, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A.Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana: Tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LONGHI, Armindo. Desenvolvimento e Região. (In) BAZZANELLA, Sandro Luiz et. all. **Crônicas do Desenvolvimento Vol. I.** Florianópolis: DIOESC, 2012, 2012.

Sobre o autor

Sandro Luiz Bazzanella. Graduado em filosofia (FFCLDB/RS - 1989). Mestrado em Educação e Cultura (UDESC - 2003). Doutor em Ciências Humanas (UFSC - 2010). Professor de Filosofia e Coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – Campus Canoinhas. Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (Cnpq) e do Grupo de Estudo em Giorgio Agamben (GEA) – www.agambenbrasil.com.br – e-mail: sandroluizbazzanella@gmail.com